SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional de Lutas

Terça-feira, 26 de janeiro de 2010 - Número 369 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Em 2010: aprovar PCS-4 e barrar congelamento de salários

Wladmir Aguiar



Servidores votam pela greve, reivindicando o envio do projeto de revisão salarial, em dezembro de 2009

Neste ano, os servidores do Judiciário terão o desafio de conquistar o quarto Plano de Cargos e Salários. O projeto está no Congresso Nacional com o número 6613/09 e, até o fechamento desta edição, aguardava designação do relator. Mas paralelamente à luta pela sua aprovação, o trabalhador do Judiciário tem outra batalha a ser travada, que certamente deverá unir o funcionalismo: a ameaça de congelamento salarial até 2019. O PLP 549/09, já aprovado no Senado como PLS 611, prevê uma alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal, que congela os gastos com pessoal e encargos sociais da União, além de gastos com obras e ampliações. Há ainda o PLP 01, do governo federal, tramitando na Câmara com mesmo objetivo.

De acordo com o economista do Sintrajud, Washington Lima, esses projetos poderão ser uma ameaça à conquista do PCS-4. Por isso, a mobilização deste ano deverá ser maior que a dos outros PCS's. Se um projeto desse tipo estivesse em vigor há dez anos, o salário do servidor público federal seria no mínimo um quarto menor. "Para se ter uma ideia, elaborei um cálculo retroativo desde 2000 até 2009, portanto por dez anos, conforme os critérios do PLS, e constatei que a folha de pagamento da União deveria ser reduzida em R$ 38,8 bilhões, passando de R$ 153,1 bilhões, que foi o valor pago em 2009, para R$ 114,2 bilhões. Ou seja, deveria diminuir em pouco mais de um quarto, 25,37%, a remuneração de cada servidor ativo ou inativo", explica Washington.

Este ano, o Sintrajud comemora 15 anos de lutas e conquistas

Em congresso, em dezembro de 1995, a categoria decidiu fundar um único sindicato para representar os trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo.

"A unificação foi muito importante, antes estávamos divididos em três sindicatos menores. Aquele congresso foi um grande momento", diz Cláudia Sperb, servidora do TRE, que na época era da direção do Sindjuse.

Página 3

Tragédia no Haiti: solidariedade ao povo haitiano

O Haiti é o país mais pobre da América-Latina, onde 80% da população vive abaixo do limite da pobreza. Este é o resultado de uma história de invasões, ocupações e sangrentas ditaduras que permeia a vida dos haitianos desde 1804.

AFP/Getty



Página 4

Opinião do Sintrajud

Feliz 2010, ano de luta pelo PCS-4

O ano passado terminou com uma importante demonstração de como a categoria mobilizada consegue alcançar seus objetivos. Em novembro, os trabalhadores do Judiciário iniciaram uma greve para que o projeto de revisão salarial, então parado no STF, fosse enviado ao Congresso Nacional. A mobilização atingiu praticamente todo o país. E, antes do recesso, o projeto chegou à Câmara dos Deputados, onde recebeu o número 6613.

Ao mesmo tempo que encerramos o ano com uma etapa cumprida, iniciamos 2010 com uma luta pela frente. A luta agora é pela aprovação do projeto no Congresso Nacional. O Sintrajud chamará assembleias para construirmos nossa mobilização. Teremos que retomá-la com urgência, pois, com o ano eleitoral, nosso tempo é curto.

Além do PCS-4, o ataque ao funcionalismo também terá que ser combatido. Em dezembro, o Senado aprovou o PLS 611/07, que pretende congelar o salário do funcionalismo federal até 2019, por meio de alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal. De autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo, o projeto já está na Câmara, com o número PLP 549. Nesta mesma casa, tramita em regime de prioridade o PLP 01, do governo federal, que também visa ao congelamento.

O PLP 549 e o PLP 01 poderão ser uma ameaça à conquista do PCS-4

Esses projetos não só atacam os trabalhadores do Judiciário e do funcionalismo em geral, como são um ataque ao serviço público prestado à população. Se aprovados, a realização de novos concursos públicos, a contratação de novos servidores e a ampliação dos serviços ficariam inviabilizadas. Os projetos poderão ser uma ameaça à conquista do PCS-4.

Estudo elaborado pelo economista do Sintrajud, Washington Lima, mostra que se um projeto desse tipo tivesse sido aprovado há dez anos atrás, o salário do servidor federal seria um quarto menor do que o atual. Os cálculos específicos do Judiciário ainda estão sendo elaborados, mas como a categoria conquistou dois PCS's, o economista afirma que o salário seria ainda mais reduzido, já que os planos poderiam ter sido inviabilizados por lei.

Portanto 2010, já começa na luta. Para sermos vitoriosos, o espírito de unidade e combatividade que deu vida ao Sintrajud há 15 anos atrás deverá ser ainda mais forte.

IMAGEM

WWW.BICODOCORVO.COM.BR

Paulistano sofre com o as chuvas de começo de ano. O prefeito Kassab culpa os cidadãos e São Pedro.



Idéias

Quem tem medo da verdade?

Maria Amélia de Almeida Teles*

O debate sobre a edição da 3ª. versão do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH-3), do final de 2009, reacende a necessidade de investigar a violação dos direitos humanos cometidos pelo Estado na Ditadura Militar (1964-1985).

As posições dos contrários aos direitos humanos, que fazem parte de um governo eleito democraticamente, nos indicam que o caminho na busca da verdade e da justiça segue árduo.

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos busca justiça há mais de 30 anos. Produzimos algumas edições do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos, a última, publicada em 2008, traz uma lista de 426 mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura.

Os familiares ainda enfrentam diversos impedimentos à verdade e à justiça. Mas permanecem na busca de esclarecimento dos desaparecimentos e exigem a apuração das responsabilidades por sequestros, torturas, assassinatos e ocultação dos cadáveres.

Em 1982, familiares dos guerrilheiros do Araguaia iniciaram uma ação judicial exigindo do Estado esclarecimentos sobre as circunstâncias das mortes e desaparecimentos de seus parentes e a localização dos seus restos mortais. Eles também recorreram, em 1996, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. A ação foi ganha aqui e na OEA. Aguarda-se a decisão final. Em 2003, quando a juíza Solange Salgado sentenciou o Estado a garantir o direito à verdade, determinou que fossem feitas rigorosas investigações nas Forças Armadas, prevendo a intimação dos agentes militares que participaram da operação.

Naquela ocasião, o governo recorreu para impedir a execução da sentença. Outra vez familiares e entidades de direitos humanos protestaram contra tal decisão arbitrária. Suzana Lisboa que integrava a CEMDP – Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça, como representante dos familiares, pediu demissão em protesto.

O governo tentou, de forma autoritária, um esvaziamento político da CEMDP e criou, na surdina, uma Comissão Interministerial, que, até os dias atuais, jamais prestou contas de suas atividades e não deu nenhuma informação à opinião pública.

Em 2008, familiares e amigos dos desaparecidos políticos atenderam à convocação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e participaram dos trabalhos da realização da 11ª. Conferência Nacional de Direitos Humanos, propuseram a inclusão de mais um eixo de diretrizes: direito à memória e à verdade, quando apresentaram a proposta da criação da Comissão da Verdade e da Justiça , que foi majoritariamente aprovada.

O programa nacional aprovado em 2008 sofreu alterações no decorrer de 2009, e a Comissão da Verdade e Justiça foi reduzida apenas à Comissão da Verdade. Os familiares e entidades de direitos humanos entendem que a verdade deve ser seguida de justiça para que tais fatos jamais voltem a se repetir. Mesmo assim, apoiaram e apóiam na integra o PNDH-3. A democracia precisa ser um instrumento vivo de efetivação de direitos, capaz de por um fim à impunidade histórica que tem deixado nosso país em posição cada vez mais desvantajosa em relação aos países vizinhos quando o assunto é violação dos direitos humanos.

Aos que temem a verdade e a justiça, recolham-se para uma reflexão mais profunda. Respeitem o desejo dos que participaram ativamente na elaboração do PNDH-3, sob uma perspectiva holística de direitos humanos, na qual basta um ser humano coagido e violado em seus direitos para que toda sociedade se incomode e busque recuperar sua cidadania e dignidade.

* Membro da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br*, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Frases

De Hoje:

"A independência dos juízes é essencial para a democracia. Atacar magistrado pela decisão que proferiu é atacar a democracia", **Fernando Batista de Mattos, presidente da AJUFE (Associação dos Juízes Federais do Brasil) sobre a decisão do Supremo Tribunal de Justiça de ter suspendido provisoriamente duas operações da PF, a Satiagraha e a Castelo de Areia, ambas sob responsabilidade do Juiz Fausto De Sanctis.**

"O Sérgio Guerra é um babaca e está desconectado da realidade. Se saísse de casa e andasse em Pernambuco, veria as obras do PAC", **do Presidente Lula sobre o Senador do PSDB Sérgio Guerra, que na última semana fez duras críticas ao andamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).**

"O governo do presidente Lula é um governo de continuidade do governo do presidente Fernando Henrique. Na questão macroeconômica, nos programas sociais, onde inclusive houve um aprofundamento, um avanço que eu reconheço, mas a grande questão que está por vir", **do governador de Minas Gerais, Aécio Neves dando mais uma provocada nos petistas. Na última semana, PT e PSDB trocaram farpas em torno das candidaturas à Presidência e dos projetos do governo.**

De Ontem:

"Um homem com fome não é um homem livre."
Robert Louis Stevenson

História de lutas e conquistas

Sintrajud completa 15 anos pronto para mais uma luta: PCS-4

Sindicato nasceu mostrando sua força e logo conquistou o PCS-1; após 15 anos a entidade comemora seu aniversário em meio a mobilização pela aprovação do PL 6613/09 no Congresso

Nos dias 8 e 9 de dezembro de 1995, trabalhadores do Judiciário Federal, Eleitoral, Trabalhista e Militar reuniram-se em um congresso no centro da Capital paulista e decidiram fundar um único sindicato. O Sintrajud já nasceu nas lutas. Nesse congresso de unificação, a categoria também deliberou estado de greve e indicativo de paralisação para fevereiro de 1996. Neste ano, com o Sindicato recém-criado, a categoria conseguiu sua primeira grande conquista: o Plano de Cargos e Salários (PCS-1).



Servidores em mobilização pelo PCS-1 em 1996, conquistado um ano após a fundação do Sintrajud

Antes da unificação, os trabalhadores do Judiciário Federal de São Paulo estavam representados por quatro entidades diferentes: o Sintrajus (TRT da 2ª Região), o Sindjuse (Eleitoral), o Sinjusfem (Federal e Militar) e o Sindiquinze (TRT da 15ª Região). Este optou por não se unificar. "A unificação foi muito importante, antes estávamos divididos em três sindicatos menores. Aquele congresso foi um grande momento", diz Cláudia Sperb, servidora do TRE, que na época era da direção do Sindjuse. "Não tinha outra forma de sermos reconhecidos, inclusive, no cenário nacional". No entanto, o processo não aconteceu em apenas dois dias. "Foram muitas reuniões, todos tiveram que ceder um pouco para chegar a um consenso", conta Cláudia.

Segundo Démerson Dias, atual diretor do Sintrajud que também era do Sindjuse, do Eleitoral, e participou da unificação, "o processo era uma necessidade da organização da categoria. Os problemas principais eram rigorosamente os mesmos e a unificação fortalecia a luta por melhorias e direitos. A primeira greve nacional pelo 1º PCS foi muito importante porque era nossa prova de fogo".

Para Neemias Freire, que era do Sintrajus, da Trabalhista, a conquista dos três PCS's mostra o acerto da unificação. "O Sintrajud nasceu no meio de uma luta que batizou o Sindicato para a sua história, independente de qualquer divergência", diz. Neemias lembra que a criação da federação nacional (Fenajufe), em 1992, incentivou a discussão sobre unificação e, em seguida, a experiência do Sintrajud serviu de exemplo para outros estados.

Momento histórico

Os servidores públicos tiveram o direito de sindicalização reconhecido com a Constituição de 1988. A partir daí os sindicatos do funcionalismo começaram a surgir. "Foi um período de mobilização intensa", afirma Carlos Alberto de Matos, que era do Sinjusfem, da Federal e Militar. "Vivíamos uma época de reabertura e conseguimos organizar uma parcela significativa da classe trabalhadora, mostramos que no Judiciário as relações de opressão também estão presentes". Carlos saiu do Judiciário em 1999 e ele retratou o período de unificação em sua tese de mestrado no Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Carlos destaca que o Sintrajud "já nasceu livre de vícios, sem a cobrança de imposto sindical, mas com a participação voluntária dos trabalhadores".

Nesses 15 anos de vida o Sintrajud tem mantido sua independência em relação ao governo e combatividade. Adilson Rodrigues, que também participou da fundação do Sintrajud, avalia que a unificação "foi e está sendo um grande processo de tomada de consciência de que os trabalhadores constituem um corpo único, que em algumas lutas se unem e vêem a amplitude de sua força". Para ele, que atuava como diretor de base na JF de Santos, antes mesmo da instância existir oficialmente, a categoria precisa se unir mais vezes: "Isso vai permitir superar os desafios que ainda temos".

NOTAS

Sintrajud obtém liminar que afasta cobrança de IR sobre abono de permanência

O Jurídico obteve mais uma decisão favorável à categoria. Em resposta à ação ajuizada, o Sindicato obteve antecipação de tutela determinando o afastamento da cobrança de imposto de renda sobre o abono de permanência. Os valores retroativos só poderão ser recebidos após o trânsito em julgado da decisão final definitiva de mérito.

Sintrajud requer indenização de transporte não paga aos oficiais do TRT-2 na greve de 2006

O Sintrajud ingressou com ação requerendo o pagamento da indenização de transporte aos oficiais do TRT-2, filiados à entidade. A ação pretende restituir a indenização durante o período de paralisação na greve de 2006, que conquistou o PCS-3, entre os dias 4 de maio e 30 de junho, acrescido de juros e correção monetária. O pagamento se justifica porque, após a greve, os oficiais exerceram todas as atividades (execução de mandados – trabalho externo) referentes ao período de paralisação, utilizando o veículo próprio e cumprindo os requisitos do art. 60 da Lei 8.112/90.

Registro sindical do Sintrajud sai 15 anos depois

No início do ano, o Sintrajud recebeu do Secretário de Relações do Trabalho, Luiz Antonio de Medeiros, seu registro sindical. A solicitação foi feita logo após a unificação, no entanto, com um pedido de impugnação do nosso registro feito pelo Sindiquinze (do TRT-15, de Campinas e região), o registro definitivo só saiu agora, 15 anos depois.

Muitos trabalhadores da 15ª Região queriam a unificação e, por isso, se filiaram ao Sintrajud. A decisão de acolher filiações de servidores de todo o estado foi aprovada em assembleia durante Congresso da categoria, instância maior de decisão. Diante dessa deliberação, o Sindiquinze, único sindicato que não quis se unificar, alegou que o Sintrajud estava invadindo sua base.

Por exigência do Ministério do Trabalho, o Sindicato alterou seu estatuto. Para Ana Luiza Figueiredo, diretora do Sintrajud, "a atitude tomada pela direção do Sindiquinze representa dois equívocos políticos: não entender a importância da unificação para os trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo; e dificultar o registro de um Sindicato parceiro nas lutas e conquistas".

A diretora do Sindicato Maria Cecília afirma que o recebimento não altera em nada a história de luta e representatividade do Sintrajud. "Nosso Sindicato sempre esteve do lado da categoria, defendendo seus interesses, e continuará assim".

Para o Sintrajud, o registro reafirma, institucionalmente, a representatividade e a legitimidade de nosso Sindicato conferidas pelos trabalhadores.

Haiti

Solidariedade ao heróico e sofrido povo haitiano

História do Haiti é marcada por ocupações, invasões e sangrentas ditaduras. No século 20, os EUA tiveram um papel fundamental no atraso do país.

AFP/Getty Images



Haitianos organizam socorro às vítimas do terremoto, enquanto ONU convoca mais tropas para enviar ao país.

Depois do terremoto que destruiu o já paupérrimo Haiti, o número de mortos pode passar dos 100 mil. O chefe interino da Missão de Estabilização da ONU no Haiti (Minustah), o guatemalteco Edmond Mulet, acredita que "nunca" se saberá o número exato de mortos, pois muitos corpos estão sob prédios inteiros e não há maquinário para a remoção do entulho.

Uma catástrofe de tal magnitude, talvez impossível de ser prevista, seria uma tragédia em potencial em qualquer país do mundo. As suas conseqüências, entretanto, principalmente no que toca as perdas humanas, teriam sido minimizadas caso existisse no Haiti alguma infra-estrutura e um Estado que atendesse as necessidades da população. "Como não existe rede de água, prontos-socorros e serviço de emergência, muitas vítimas faleceram dias depois do tremor", opina o diretor da Fenajufe e de base do Sintrajud, Cláudio Klein.

Histórico

O Haiti é o país mais pobre da América Latina, onde 80% da população vive abaixo do limite da pobreza. Este é o resultado de uma história de invasões, ocupações e sangrentas ditaduras que permeia a vida dos haitianos desde 1804, quando uma revolta popular expulsou os colonizadores franceses. Na realidade, a Revolução Negra foi a primeira revolta de escravos vitoriosa na história do mundo.

Como a escravidão ainda florescia nos EUA e no Caribe, a revolução do pequeno país representava um risco não somente à França, mas a todo comércio escravista da época. Em 1814, Paris exige o pagamento de 150 milhões de francos em ouro e em 1838 reconhece a independência do país mediante o pagamento desta "dívida", agora com o valor reduzido para 90 milhões de francos. Somente uma parte deste montante foi pago.

No Século 20, o Haiti foi ocupado pelo exército americano de 1914 até 1934, época em que as aduanas e o exército foram tomados. E 23 anos depois, em 1957, os mesmos americanos apoiaram a sangrenta ditadura de François Duvalier, ou Papa Doc, e seus violentos tonton macoutes, sua guarda pessoal. Seu filho, Jean-Claude Duvalier, Baby Doc, deu continuidade ao regime de opressão durante as décadas de 1970 e 80, sempre com o apoio dos EUA.

Anos 1990

Na década de 90 o ex-padre Jean Bertrand Aristide foi eleito pelo voto direto e deposto meses depois com o apoio dos EUA. Em 2004, novo golpe derrubou Aristide do poder. Restou à ONU o triste papel de enviar tropas ao país, para "estabilizar" a ordem, tendo a frente às tropas do Brasil e de outras nações.

Atualmente, o domínio americano da economia haitiana é quase absoluto: 89% das importações e 65% das exportações se realizam com os EUA. Nas últimas décadas, à tradicional produção de café, rum e tabaco, foram agregadas também indústrias têxteis e de brinquedos para exportação, como as maquiladoras nas chamadas "zonas livres" de Porto Príncipe.

Apesar de uma história de invasões e ditaduras, da miséria e da total ausência do Estado, "o povo haitiano é alegre, vibrante e lutador", descreve o jornalista Rodrigo Correia, que visitou o país em 2006, junto com uma delegação da Conlutas, em uma campanha internacional exigindo a retirada das tropas da ONU do país.

Ajuda humanitária ou ocupação militar?

Em meio à tragédia, diversos países e instituições multilaterais anunciaram as suas doações para "ajudar" o Haiti. Ao invés de enviarem mais enfermeiros e médicos, os governos anunciam o envio de mais tropas. O Brasil vai dobrar o seu efetivo, que atualmente é de 1.300 soldados e os EUA enviarão 10 mil marines.

As somas da "ajuda humanitária" podem parecer grandes (US$ 145 milhões), mas é quase insignificante perante a necessidade do país. Além disso, esses mesmos governos e instituições deram aos bancos, no começo da crise econômica, US$25 trilhões e desde 2004 a ONU gastou 3,5 bilhões de dólares com a ocupação militar no Haiti.

Desde que começou a ocupação, a Conlutas, vários sindicatos (o Sintrajud inclusive), organizações sindicais e sociais se posicionaram contra a ocupação militar liderada pelo Brasil. Em 2006 uma delegação da Conlutas esteve no país exigindo que as tropas saíssem de lá. Entre os membros da delegação estava um dos fotógrafos do Sintrajud Wladimir Aguiar, que diz: "As tropas não estão fazendo ajuda humanitária nenhuma e agora isso fica evidente".

Ele conta que no começo da ocupação militar a população haitiana até aprovava a ideia de o Brasil liderar as tropas da ONU, mas com a repressão diária que passaram a sofrer, foram mudando de opinião. "Visitamos as 'maquiladoras' (pequenas fábricas de costura, que montam peças para grandes indústrias têxteis). Os trabalhadores nos contaram como eram violentamente tratados e o local onde comiam parecia um chiqueiro", disse.

Participe da campanha de solidariedade dê a sua contribuição

Para o Sintrajud, tanto a ajuda quanto à reconstrução do país será obra dos trabalhadores e das entidades que os representam, por isso, pede a contribuição dos trabalhadores brasileiros aos trabalhadores haitianos, que pode ser depositada na conta criada pela Conlutas. Os recursos arrecadados serão enviados à organização Batay Ouvriey*.

Banco: Banco do Brasil
Favorecido:
Coordenação Haiti
Agência: 4223-4
Conta: 8844-7

*O Batay Ouvriey é uma organização sindical e popular que reúne sindicatos de fábricas e associações de trabalhadores, bem como os desempregados e toda a massa popular para a defesa de seus direitos. Em diversas oportunidades seus dirigentes estiveram no Brasil, à convite da Conlutas, denunciando a grave situação de seu país e exigindo a retirada das tropas da ONU de lá.

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Carlos Eduardo Batista **Tiragem:** 13.000